CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 064/94

INTERESSADAS: Iara de Castro Alves e Elaine Cristina Zamboni

ASSUNTO: Solicitam informações quanto ao alcance do Parecer CEE nº 78/93

RELATOR: Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses

PARECER CEE Nº 735/95 - CETG - APROVADO EM 06-12-95

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

Iara de Castro Alves e Elaine Cristina Zamboni formadas no curso de Pedagogia das Faculdades Associadas do Ipiranga, entendendo que o disposto no Parecer CEE nº 78/93 restringe o direito dos licenciados em Pedagogia, cuja carga horária da Metodologia e Prática de Ensino de 1º Grau não atinge a carga de 160 horas, de lecionarem em classes de 1ª a 4ª séries do ensino de 1º grau, que lhes assegurava pareceres anteriores, solicitam informações quanto ao alcance do Parecer CEE nº 78/93.

1.2 APRECIÇÃO

1.2.1. Cumpre registrar, de início, que a Resolução CFE nº 2/69 previu o direito de lecionarem nas séries iniciais do 1º grau, os graduados em Pedagogia na habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, desde que o currículo compreendesse a Metodologia e a Prática do Ensino do então ensino primário.

Assim sendo, o CEE através do Parecer nº 78/93 assegurou este direito aos licenciados em Pedagogia, Licenciatura Plena, que tenham cursado as disciplinas

Metodologia do Ensino de 1º Grau e Prática de Ensino do 1º Grau e integralizado, em seu conjunto, pelo menos, 160 horas aula (grifo nosso) de estudos dessas disciplinas.

As razões que orientam o citado Parecer situam-se na regra inserta no artigo 4º e parágrafo único da Portaria nº 399, de 28-6-89, do MEC:

"Art. 4º - Nenhuma disciplina poderá ser objeto de registro quando não tiver sido estudada, pelo menos, em 160 horas-aula.

Parágrafo único - Poderão ser computadas cargas horárias de conteúdo afins para a integralização do número de horas prevista neste artigo."

No que interessa a inúmeros pedagogos, cujo histórico escolar não conta com a carga horária suficiente no total de ambas as disciplinas, cabe evocar a regra explicitada na Portaria Ministerial, considerando como de conteúdo afim o Estágio supervisionado.

Aplicar-se-ia com presumível acerto a idéia básica firmada neste CEE que "A Didática fundamentará a Metodologia do Ensino... conduzindo à Prática de Ensino e com ela identificando-se a partir de certo momento. Essa Prática deverá desenvolver-se sob a forma de Estágio Supervisionada." (Indicação CEE nº 81/76-CESG).

É bom lembrar que Valnir Chagas já advertira, quando da elaboração de princípios e normas a observar na organização dos cursos de licenciaturas que:

"... certas correções deverão ser feitas de impropriedades como, por exemplo, a conversão da Prática de Ensino em disciplinas autônoma separada da Didática e divorciada do Estágio." (Indicação C.F.E. nº 22/73).

1.2.2. Em face do exposto somos de opinião de que a situação prevista aos licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, assegurada no citado Parecer CEE nº 78/93. Pode ser estendido às interessadas.

2. CONCLUSÃO

Responda-se às interessadas Iara de Castro Alves e Elaine Cristina Zamboni que, para obterem os registros para lecionarem da 1ª a 4ª série, deverão comprovar o cumprimento da carga horária de 160 horas, nos termos do Parecer CEE nº 78/93.

São Paulo, 16 de novembro de 1995.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Bernardete Angelina Gatti, Frances Guiomar Rava Alves, João Gualberto de Carvalho Meneses, José Mário Pires Azanha e Luiz Roberto Dante.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1995.

a) Cons. José Mário Pires Azanha
Presidente

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 06 de dezembro de 1995.

a) Cons. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Presidente